



ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CMMA	
Data: 16 DE MARÇO DE 2022	Horário: 10h
Local: Auditório Rovani de Souza Dantas - Parque Natural Municipal dos Pássaros	
Pauta: 1. Intervenção na orla de Costazul (tempo: 40 minutos); 2. Informes gerais (tempo: 10 minutos).	
Conselheiros Presentes: Sr. Vinicius Barão Soares (Titular AERO) Sr. Maycon Nunes Siqueira (Titular Associação Raízes) Sr.ª Querlen Pereira de Carvalho (Suplente OAB-52ºSS) Sr. Gilberto Moreira dos Santos (Titular Paróquia) Sr. Uilson Alves da Silva (Titular Rotary Club) Sr. Jhones Poubel (Suplente SEPE) Sr.ª Gisela Livino de Carvalho (Titular ICMBio) Sr. Gustavo Luna Peixoto (Suplente ICMBio) Sr. Nestor Prado Junior (Titular SEMAP – Presidente) Sr.ª Mônica Linhares da Silva (Suplente SEMAP) Sr.ª Eliane Camacho de Moraes (Titular SEMEDE) Sr.ª Juliana Gomes Paula (Titular SAAE-RO) Sr.ª Laís Megre W. Cordeiro (Titular PGM)	Conselheiro que justificou sua ausência: Sr. Rogério Câmara (Titular MARE) Convidados: Sr. Sergio G. Core – morador Sr. Rubens J. Esposito – morador Sr. Luiz Eduardo - morador Sr. Hugo Zecchin - cidadão Sr. Johnnye R. Abrahão – SEMAP
1.	Aos dezesseis dias do mês de março de 2022, no auditório Rovani de Souza Dantas, o Presidente,
2.	às 10h15 min, Sr. Nestor Prado Junior, deu início a 9ª reunião extraordinária do Conselho Municipal
3.	de Meio Ambiente – CMMA. Sr.ª Mônica Linhares fez a chamada para conferência do quórum. Os
4.	conselheiros e os demais presentes estavam reunidos para tratar da pauta única do dia:
5.	“Intervenção na orla de Costazul (tempo: 40 minutos)”. Na sequência o Sr. Presidente solicitou que
6.	os convidados se apresentassem. Sr. Rubens, residente desde 1993, e o artigo 225 da Constituição
7.	Federal é o que motivou sua presença na reunião. Professor aposentado, foi responsável pelo
8.	laboratório da engenharia química da COOPE/UFRJ; Sr. Sérgio, residente a cerca de 7 anos,
9.	professor de física, aposentado, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da
10.	Fonseca (CEFET/RJ); Sr. Luiz Eduardo, morador de Costazul cerca de 20 anos, e participa de
11.	várias atividades na região; Sr. Hugo, oceanógrafo, morador de Rio das Ostras, há 16 anos, com
12.	disposição para trabalhar pela defesa do patrimônio da cidade. Na sequência o Sr. Nestor,
13.	Presidente do CMMA e Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca iniciou uma explanação
14.	sobre o assunto e as tomadas de decisões adotadas. Disse que lhe foi passada essa questão da
15.	restinga, e foi montado um processo. Inicialmente, geograficamente falando daquele trecho da
16.	Roberto Silveira até a praia do Remanso. Fica muito difícil, você qualificar aquilo como restinga,
17.	porque se verificar no Código Florestal, você tem a definição de Restinga como um cordão arenoso
18.	contínuo ao longo da praia. E ali, em sua análise, sofreu a pior intervenção que são aqueles
19.	quiosques. Para se ser uma ideia até o primeiro quiosque já foi embora, o mar levou. Então a
20.	disposição dos quiosques foi inadequada. E aí comprometeu a qualidade da forma de relevo
21.	primeira coisa, depois a forma que foi feita a ocupação destes quiosques, foi outro grande equívoco.
22.	Afirmou que não estava julgando, nem fazendo juízo de valor de ninguém. Só estava comentando
23.	o cenário que foi a época e o gestor, naquela ocasião, entendeu que era o melhor a ser feito.
24.	Acredita que a urbanização foi feita de uma forma inadequada, não privilegiou na verdade o
25.	ecossistema local, aí veio quiosque, veio píer. Nós realizamos uma avaliação do solo e houve
26.	introdução de solo argiloso, então houve uma descaracterização total. Com isso surgiu espécies
27.	exóticas, formações inadequadas e compôs o cenário que todos viram lá. E veio a ideia de a gente
28.	fazer o que? O remanejamento da vegetação. Então, foi aberto um processo, o qual foi disposto
29.	de forma digital no grupo de WhatsApp do Conselho pelo Sr. Nestor. E foi realizada a intervenção
30.	na orla. O modo absurdo nisso tudo foi a quantidade de resíduos que foi retirada do local, só de
31.	cocos foram retirados cerca de três caminhões, muito plástico e muito resíduo de várias tipologias.
32.	E aí, feito isto, tivemos que fazer a intervenção mecânica, porque de forma manual não teria como
33.	e feito isso a gente, deixou uma vegetação testemunha lá do local. Após período o de março e abril,
34.	que é um período de chuvas, pretendemos fazer uma reintrodução de espécies. E na verdade
35.	tivemos um anteparo da sociedade, muitos moradores e comerciantes locais, inclusive, fizeram até
36.	abaixo-assinado, e eram favoráveis ao rebaixamento da vegetação, por uma série de motivos que
37.	não cabia naquele momento, pois cada um possui seu motivo e mudaria o foco da reunião. E



38. realmente houve uma linha em questão de segurança pública. Mas a gente não pode só se ater a
39. isso, na verdade, o que ele buscou fazer na área, é uma nova configuração, baseado simplesmente
40. que não podemos definir aquilo ali como restinga, porque na verdade se você for lá fazer toda parte
41. de Restinga, terá que pensar em feições geomorfológicas, depois vai ter que fazer relevo da região
42. que vai ter que ver a planície costeira e então se entenderá o que é restinga. Sendo necessária
43. toda uma itemização a nível de geografia para se definir o que é Restinga realmente. Citou como
44. exemplo de restinga o PARNA da Restinga de Juturnaíba e a Restinga da Marambaia. Ao se olhar
45. para o lado do emissário submarino, observa-se uma formação praial de cobertura, como a *ipomeia*
46. que faz uma boa cobertura, e que representa melhor a questão da restinga. E do outro lado, existe
47. um mix de restinga, que muitos adotam o termo restinga urbana, que no entendimento do
48. Secretário, restinga é restinga, não existindo nem urbana e nem rural. E o que existe no local hoje
49. é um mix de uma série de interpretações, com espécies exóticas, mudas de plantas de paisagismo
50. como de arborização. Foi realizada limpeza visando depois reestruturar, agora a partir deste mês
51. (março), devemos começar a fazer o enriquecimento com espécies de restinga. E dentro desse
52. aspecto todo a sociedade se manifestou. Onde existe uma ala que entende que isso é necessário
53. e importante. Outros acham que não. Do ponto de vista técnico, ponto de vista legal a classificação
54. de restinga naquele local fica muito prejudicada. Por isso ele acredita que, tudo o que foi feito, foi
55. feito dentro daquele cenário. A restinga é Mata Atlântica, e para se considerar como tal, tem que
56. se retirar tudo de cima, e mesmo assim tem que se fazer uma série de requalificações a nível do
57. solo, senão você vai ver naquela zonação praial desde a vegetação de praia até a vegetação mais
58. ao fundo, passando pelo “*scrub*”, e demais tipologias de restinga, você vai ver que está tudo
59. desqualificado, na verdade não existe uma zonação por completo, e não será possível encontrar
60. praticamente em nenhum lugar no Brasil, a ocupação do país se deu pelo litoral. Toda área costeira
61. sofreu algum tipo de intervenção antrópica, isso aí é realidade. Alguns casos conseguiram se safar
62. por questões de acesso, como a restinga de Marambaia, em Itaguaí, salvou porque tem a questão
63. da Marinha, que está sediada no local. Então tem que haver esse senso de que foi feita a
64. intervenção, mas ela tinha um cunho de melhorar a situação da paisagem, que estava muito
65. modificada em relação ao perfil, talvez de restinga que se entenda, mesmo com esse perfil da
66. zonação praial, ela estava muito inadequada. Só que é aquela história, a correção teve que ser
67. feita, e essa ação causou um primeiro impacto que foi o que ficou. E aí vem a segunda parte, que
68. é a parte do enriquecimento da vegetação. Disse que sofreu muitas críticas, muita colocação um
69. pouco indevida, porque sempre tem atitude respeitosa com todos e manterá isso até o final. Já
70. conviveu no movimento ambiental e social, para ele nesse meio as reações são muito calorosas e
71. muito forte. Sempre foi muito tranquilo e busca manter o nível das discussões. Várias pessoas se
72. pronunciando dentro do Conselho solicitado uma reunião para tratar do assunto. E estava naquele
73. dia uma forma democrática abrindo a reunião. Disse que também recebeu muitas respostas via e-
74. mail, vários WhatsApp, aos quais ele pediu desculpa por não responder, pois o seu WhatsApp é
75. pessoal. Como não possui um celular funcional da Prefeitura, solicitou que as pessoas fizessem
76. contato através do e-mail do gabinete da SEMAP, não se furtando a responder a ninguém, mas há
77. necessidade de haver tratativas e priorizar assuntos que sejam emergenciais. Na ocasião já estava
78. respondendo ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, INEA, Comissão de Meio
79. Ambiente da ALERJ e Polícia Federal. Afirmou que sempre busca contrapor o posicionamento
80. inicial sobre as alegações de restinga, que é o entendimento dele, o qual está baseado não só na
81. lei como em fatos técnicos. Existem algumas observações que devem ser encaradas, mas ninguém
82. está destruindo nada, estavam buscando fazer uma recomposição de uma forma mais harmoniosa
83. para o local, porque nós temos um mar ali lindo e temos que agregar valor a esse mar junto a
84. paisagem. Tanto que mais à frente na orla, existe uma vegetação mais frondosa e outros quiosques
85. já perguntaram quando será feita também, a intervenção no restante da orla. Informou que irá
86. aguardar um entendimento da população e aguardar o tempo favorável, com mais chuvas, para
87. realizar a recomposição da vegetação. Afirmou estar consciente do que foi feito, e tem a
88. consciência da necessidade de fazer a modelagem vegetacional para o local, mas podemos nos
89. furtar de dizer que o perfil da vegetação estava inadequado e também o conteúdo por dentro desta
90. vegetação era altamente inadequado. Inclusive no dia que o INEA esteve no local, para registrar a
91. ação, fotografou tudo, menos da montanha de resíduos no local. O que seria uma boa justificativa
92. também, porque ali não era aterro sanitário e sim a orla de uma praia. Na sequência abriu as
93. inscrições para que os presentes pudessem se manifestar. Sr. Jhones afirmou estar
94. acompanhando as intervenções desde 2019, quando começou na praia do Abricó. Desde então,



95.	existe um movimento querendo dialogar junto ao Município sobre essas questões de intervenções
96.	onde seria uma “ <i>área de proteção ambiental, uma APP</i> ” (termo correto Área de Preservação
97.	Permanente). Isso iniciou onde há erosão marinha, na praia do Abricó, onde existe um paisagismo.
98.	Foi realizada a intervenção na vegetação, com a alegação de ser uma questão de segurança
99.	pública. Segundo o Conselheiro, essa vem sendo uma manobra comum do município, nas áreas
100.	com paisagismo, justificando ser necessário o manejo por conta da segurança pública. Voltando
101.	para Costazul que foi o último impacto que houve na cidade. Já tinha a previsão da intervenção
102.	acontecer, por conta da visão da atual gestão municipal. Em 2020, foram feitas abertura de 6 ou 7
103.	trilhas na orla de Costazul, no meio das moitas de restinga, que se estabeleceram após a
104.	urbanização, a qual foi um ganho ambiental, cultural e comercial para cidade. Na ocasião da
105.	implantação foi uma nova visão, levantando a questão da proteção dos mamíferos aquáticos, e que
106.	a orla deve ser protegida, conservada e também servir para o visitante e as famílias. Estranhou
107.	como se deu o início do processo para intervenção, o mesmo não teve origem na SEMAP e sim de
108.	outras secretarias como segurança pública, solicitação de um vereador e do delegado, todos tendo
109.	como base a questão da insegurança no local. Foram mencionados os registros de ocorrência, e
110.	em cima disto foram solicitadas podas e a retirada de “ <i>ervas daninhas</i> ”. Argumentou que essas
111.	expressões equivocadas usadas dentro do processo, demonstram que os solicitantes não tinham
112.	noção do que se trata aquela área, e percebeu que as solicitações não tinham nada a ver com o
113.	ganho ambiental ou melhoria ambiental e sim com a segurança pública. Até mesmo o ofício do
114.	vereador estava se contrapondo ao que estava sendo realizado, ele estava fiscalizando plantio de
115.	grama e palmeiras na área de proteção, e questionando o fiscal de onde vem os recursos. Por
116.	quem estava sendo pago? Pago por instrumentos como compensação ambiental, e embora não
117.	seja especialista no assunto, afirmou que não se deve adquirir grama e palmeiras com medida
118.	compensatória, para ser plantado em orla, onde existe um histórico que esse tipo de paisagismo
119.	não funciona no local. Lembrou que o assunto da intervenção foi mencionado na reunião do CMMA
120.	no dia 09/12/2021 por um visitante. Disse que na ocasião solicitou que o processo da intervenção
121.	fosse apresentado ao Conselho para ciência, por mais que haja o voto de minerva do presidente
122.	do CMMA para continuidade do processo, o mesmo não passou pelo Conselho. Sendo necessária
123.	uma reunião extraordinária para tratar do assunto após toda intervenção executada. Admite que
124.	realmente havia lixo no local, que era necessária a poda da vegetação, que após o INEA ter liberado
125.	o município para licenciar a atividade, e a licença previa corretamente o que deveria ser feito pela
126.	instituição que executou o serviço, mas o Sr. Secretário e o Vereador estavam presentes no
127.	momento da “limpeza”. Porém, intervenção foi além do que a licença expedida determinou. Faltou
128.	manutenção no local ao decorrer das gestões. A atual gestão bradou um grito de guerra na praça
129.	da Baleia, durante um evento, que iria derrubar a restinga. O prefeito disse no fórum de Turismo,
130.	que iria jogar a restinga no chão. Num primeiro movimento feito, quando vieram conversar com a
131.	então Secretária, Sr. ^a Silvana Sarzedas, foi em função de uma fala do Prefeito em praça pública
132.	afirmando que nós que gostamos de mato, deveríamos ir morar no Morro São João. Sabendo que
133.	a cidade é cercada por mato, por unidades de conservação. Estranhou o processo ser escrito de
134.	uma forma e executado de outra. Mencionou ainda que embora existam trabalhos científicos,
135.	levantamentos florísticos realizados no município por vários pesquisadores, descrevendo a riqueza
136.	da restinga local. Lamentou quando o Secretário citou exemplo de fragmentos de restinga de outros
137.	estados e cidades, e não valorizou Itapebussus que ainda tem esse panorama e esse processo de
138.	sucessão de restinga, temos que valorizar o que é nosso. Temos que valorizar nossas Unidades
139.	de Conservação, as quais foram criadas pelo município e a educação ambiental implementada
140.	junto as escolas, um trabalho contínuo. Segundo o conselheiro, defender o meio ambiente é um
141.	trabalho contínuo, para chegar um e mandar morarmos no morro São João quem gosta de mato?
142.	E naquele momento, estavam presentes representantes da sociedade civil mostrando isso, que
143.	não quer esse tipo de ação. Disse ainda que o próprio Secretário mencionou todos os órgãos, os
144.	quais o acionaram sobre a intervenção ocorrida em Costazul. E ele percebe que esse é um pedido
145.	do prefeito com uma visão micro da situação. Encerrou sua fala afirmando que no mínimo o Prefeito
146.	deveria respeitar aos que trabalham pelo Município e que deveria pedir desculpas a essas pessoas
147.	e acredita que temos que continuar a cultura ambiental riostrense, que é desenvolver junto com as
148.	questões ambientais e preservação do meio. Com a palavra a Sr. ^a Gisela afirmou que era sua
149.	primeira reunião como Conselheira e estava muito satisfeita de poder externar sua opinião sobre o
150.	assunto. E falaria como: moradora de Costazul, turismóloga e analista ambiental do ICMBio. Só
151.	que antes gostaria de começar pelo final da fala do Sr. Nestor, sobre o acúmulo de lixo na restinga.
152.	



153. Afirmou que lixo se tira, se limpa. Mas o local da intervenção estava cheio de ninho de aves, de
154. répteis, fauna pequena nativa, etc. Escolheu morar em Costazul, porque aquela paisagem lhe dava
155. orgulho, era de uma beleza. A limpeza realizada na véspera do ano novo, lhe causou profunda
156. tristeza. Como turismóloga, afirmou que a ação acabou com os principais atrativos paisagísticos
157. de Costazul. Como conhecedora de mais 70% no litoral do Brasil, aquela restinga era uma das
158. coisas mais bonitas do litoral Brasileiro. E como analista ambiental do ICMBio, disse: - “Se não se
159. quer dar o nome de restinga, então aquilo foi uma supressão de vegetação nativa em Área de
160. Preservação Permanente.” Sr. Gustavo disse que gostaria de entender se o objetivo era de futura
161. recuperação, isso estava descrito no processo de licenciamento. Se não está claro no processo,
162. entende a revolta da população. Perguntou se estava no processo descrito que a intervenção seria
163. para uma recomposição para um estágio melhor. Sr. Nestor respondeu que não estava dessa
164. forma, com as demandas que surgiram, acabou sendo necessário revigorar o processo encima do
165. processo existente. Sr.^a Gisela alertou que a recuperação deverá ser feita com vegetação nativa e
166. não com grama. Sr. Nestor esclareceu que a grama foi plantada como uma bordadura de 1,5
167. metros, a fim de facilitar o deslocamento dos pedestres na calçada. Sr.^a Gisela questionou quem
168. estava avaliando esse Plano de Recuperação - PRAD. Sr. Nestor afirmou que o projeto estava
169. sendo remodelado. Sr. Jhones afirmou que desde 2019, estavam aguardando o projeto de
170. recuperação. O histórico da intervenção na vegetação vem acontecendo do mesmo modo, desde
171. da época da praia do Abricó, realizada pelo mesmo senhor, um serviço braçal. Não há um projeto
172. de recuperação, sempre voltado para a limpeza e em volta da segurança pública. Sr. Hugo
173. destacou que Rio das Ostras teve uma visão ambiental muito assertiva no passado, com a criação
174. de Unidades de Conservação e preservando boa parte do seu patrimônio natural. E quem chega
175. na cidade percebe que o principal atrativo dela é o seu patrimônio natural. E deve-se fazer
176. interferências a partir da dinâmica natural das coisas para preservar a orla. Os efeitos da erosão
177. costeira não são relativos apenas a administração municipal. A política de gestão ambiental deve
178. pensar global e agir local. Independente disso, existia ou não vegetação exótica no local, com
179. certeza havia vegetação nativa e essa sim é extremamente adaptada ao local. Se vegetação estava
180. lá se desenvolvendo, nativa ou exótica, ela estava adaptada aquele ambiente. Conforme seus
181. levantamentos, estava presente na área vegetação fixadora de dunas e a intervenção foi contrária
182. ao princípio da precaução, para tornar a cidade resiliente e sustentável. Como oceanógrafo e
183. observador da cidade, afirmou que as convicções sobre restinga do Secretários estavam
184. equivocadas. E a intervenção tornou mais vulnerável e mais feia a cidade. Adotar grama, palmeiras
185. e bromélia exótica como prévia de plantio de recuperação não convence ninguém. Só gostou da
186. intervenção quem gosta de grama e coqueiro, quem não sabe nada sobre ecossistema, quem não
187. sabe que está inserido dentro do bioma Mata Atlântica, um dos mais atacado do país. A cidade
188. possui joias que estão sendo jogadas fora. Essa política ambiental iniciou lá no Abricó, foi realizado
189. um movimento com manifestações no local. Na semana seguinte, iniciou a intervenção com corte
190. e queima da vegetação. Criminalidade se resolve com segurança pública, não é arrancando a
191. vegetação que se combate a criminalidade. O lixo se retira, voluntários e ONGs poderiam colaborar.
192. Encerrou afirmando que quem provocou esse debate polarizado e acirrado com a sociedade, foi o
193. próprio Prefeito. Ele foi agressivo e ofendeu as pessoas, quando ele colocou a visão dele de querer
194. ver o mar, no fórum de turismo e mandou todos que gostam de mato para o morro São João. É
195. uma política consolidada e equivocada. O Prefeito deveria se retratar com a sociedade. Sr. Uilson
196. afirmou que enquanto cidadão, percebe uma mudança da participação nos conselhos, quando foi
197. iniciada a intervenção no Abricó, ele abriu o processo 6304/2021, onde solicitou documento técnico,
198. com suas premissas, realizado por profissional habilitado, autorizando a supressão de vegetação,
199. caso não seja legalmente dispensado. Explicou ao Conselho na época sobre a adutora CEDAE
200. que passa no local, com uma tubulação de 500 milímetros. Notificou a CEDAE, pois na primeira
201. ressaca aquela tubulação seria rompida, a praia iria toda embora e a cidade ficaria sem água. Sr.
202. Nestor informou que o conselho também comunicou a CEDAE. Sr. Uilson disse ter conhecimento
203. disto, e que o parabenizou pela iniciativa na ocasião. Mas, o fato é que observou que estava sendo
204. realizada a retirada de vegetação rasteira, a qual era a última linha de defesa em relação ao avanço
205. do mar e na lei orçamentária anual não havia previsão de investimentos para aquele local. Como
206. é que a cidade se defenderia do avanço do mar se não haviam recursos? Diante deste cenário
207. abriu o processo, o qual foi para Secretaria de Obras, ficou no gabinete do Secretário, e não foi
208. tomada nenhuma ação para retirada do quiosque que está lá, colocando os banhistas em risco.
209. Quem for ao local verá um monte de entulho na praia, tanto no quiosque quanto na roda de



210. capoeira. No referido processo, fez um relatório extenso do ponto de vista da engenharia e solicitou
211. que fosse verificada a possibilidade de manutenção da vegetação local. Afirmou que ao que tudo
212. indica, o que aconteceu em Costazul, não resultou de um aprendizado da praia do Abricó. Houve
213. tempo, foi avisado com bastante antecedência através do processo. Documentos solicitado não
214. foram anexados ao processo. Ao seu ver, o que aconteceu em Costazul, foi uma vontade muito
215. grande de fazer o que não era um consenso. Na Universidade onde trabalha, todos estavam lhe
216. cobrando enquanto Conselheiro, nem mencionou a existência do processo. E informou que atitudes
217. foram tomadas e estava se buscando a melhor forma de reverter a situação. Sentiu na ocasião o
218. Conselho apático, poucas pessoas se manifestaram sobre o acontecido, como se fosse um fato
219. comum. Com relação a segurança que muito se atribuiu como motivo para retirada da vegetação,
220. a cabine da PM localiza-se a 50 metros da praia do Abricó. Espera que o CMMA seja mais
221. contundente com relação a essas coisas dessa natureza, se manifeste mais. O Conselho não pode
222. ficar silente diante dessas manifestações a exemplo do que aconteceu com o aterro sanitário.
223. Afirmou que Rio das Ostras só vai melhorar através do controle social. A cidade só será mais
224. consciente e com um futuro brilhante através da atuação da própria população, pois com atuação
225. do legislador citado anteriormente e demais ações, só o controle social para que a cidade entre no
226. rumo. E a sociedade civil tem um papel importante para contribuir com Rio das Ostras. Afirmou que
227. procura não adotar ações com viés político, comunicando diretamente ao Secretário e demais
228. conselheiros, para não criar ruídos. Alertou para duas situações, Abricó e Costazul, e não foram
229. tomadas providencias porque não houve interesse. Sr. Rubens afirmou que solicitou uma ata onde
230. a intervenção foi aprovada, e para sua surpresa não houve ata porque o Conselho não discutiu
231. sobre o assunto e também não foi consultado. Disse que a discussão não deve ser feita em cima
232. de opiniões e convicções pessoais, a discussão deveria ser tratada no campo técnico-científico.
233. Disse ter encaminhado correspondência ao Secretário, ao Prefeito e aos Vereadores. O fruto do
234. protocolo desta correspondência seria uma reunião naquele dia 09/03/2022. Então, fez um convite
235. aos presentes, para participar às 17:30, na Câmara dos Vereadores de uma reunião com a
236. Comissão de Meio Ambiente. Onde 5 especialistas da área realizariam uma discussão técnico-
237. científica sobre a restinga, a Mata Atlântica, etc. O foco seria nas discussões técnico-científico, não
238. era para culpar ninguém, julgar ninguém e não seria sob convicções ou opinião pessoal de
239. ninguém. O procurador federal, representante do Ministério Público, Sr. Fabio Sanches confirmou
240. presença. O objetivo final seria como recuperar o que foi feito e como preservar. Externou ainda
241. que, na sua opinião de leigo, a interpretação no mínimo equivocada sobre o termo restinga. E como
242. consequência houve a supressão e devastação da vegetação. Esse assunto seria discutido na
243. Câmara dos Vereadores. Sr. Luis se apresentou, e diferentemente dos demais, não era da área
244. ambiental. Se formou como Arquiteto da UFRJ e trabalhou muitos anos como projetista autôcad,
245. trabalho em várias empresas. Tendo oportunidade de trabalhar em pequenos, grandes e
246. complexos projetos, como mineração da Vale do Rio Doce, ou projeto de intervenção no aeroporto
247. de Salvador. Argumentou que em projetos de monta, existem várias fases para aquilo ser
248. concebido e executado. Existe o estudo de viabilidade, o anteprojeto, projeto executivo e o projeto
249. de detalhamento. Ficou impactado porque tudo foi feito de supetão. A urbanização da orla de
250. Costazul retirou quiosques, calçou a rua, implantou calçadão, entre outras coisas. Mas, o projeto
251. cometeu alguns pecados, como: materiais caros, materiais inadequados para aquela situação e de
252. difícil manutenção, citou o exemplo do porcelanato que virou notícia no país inteiro e os deques de
253. madeira e sua manutenção. A intervenção que está acontecendo desde do final de 2019, que
254. cortou a restinga da Av. Roberto Silveira até a Lagoa de Iriry, essa intervenção não está
255. respondendo ao problema urbanístico e ambiental, só estava sendo realizada somente nas plantas.
256. Com a manifestação da sociedade iniciaram uma intervenção nos deques, que não se conhece o
257. projeto, que material será empregado no local. Lastimou a situação e teme por um novo fracasso.
258. Lembrou que em 2010, houveram duas ressacas fortes, com ondas que chegavam até o píer do
259. emissário submarino, que destruiu quiosque. Se a restinga for extraída para que as pessoas
260. possam ver o mar, a maioria da população de Rio das Ostras não vê o mar de suas casas. Ela vê
261. casas, prédios, muros, e por conta da segurança pública, as pessoas fazem muros de 3 metros de
262. altura. Todo o urbanismo brasileiro está se transformando em cânions, cheio de muros. E quando
263. chove alaga tudo, porque a água não tem por onde sair. Então, existem uma série de problemas,
264. que devem ser tratados com organicidade, a gestão pública tem que organicidade em todas as
265. pastas, segurança pública, meio ambiente, obras, etc. Alertou que a gestão instintiva, só com a
266. opinião do Prefeito, não levará a um bom termo. Sr. Sérgio disse ter ficado surpreso por não haver



267. nenhuma organização para reflorestamento da orla com nativas. Comentou sobre o
268. reflorestamento do maciço da Tijuca, local onde era uma senzala e por conta plantaço de cana-
269. de-açúcar destruíram o maciço da Tijuca, que faz parte da Mata Atlântica. Pelos anos de 1900,
270. com planejamento e vontade política, iniciou o plantio e somente depois de 30 anos foi verificado
271. os resultados. Tudo por conta da vontade política hoje temos a maior floresta urbana do mundo.
272. Destacou que o local tinha pouco acesso e indagou quando tempo veremos o local recuperado,
273. uma vez que com a vegetação rasteira a tendência é aumentar a circulação da população no local.
274. Afirmou que temos muita tecnologia para destruição, para construção e preservação temos muito
275. poucas. Sr. Nestor disse ser complexo falar em preservação em uma área antropomorfizada, falar
276. de restinga que sofreu intervenção de forma desproporcional, usar padrões de urbanização e
277. arquitetônicos para falar na questão da preservação como uma forma isolada. Deve-se entender o
278. ambiente como macro. Se o ambiente está compartimentado, como você terá ele macro? Temos
279. uma praia de Costazul tipologia de arquitetura discutível. A orla de Costazul com toda sua
280. magnitude não conseguiu criar residências em seus terrenos lindeiros, apesar de todo seu glamour.
281. O que foi feito ali, será que foram feitos estudos? Será que foi discutido com a sociedade? Será
282. que era o adequado para o local? Será que estamos numa linha direcional? Se for analisado todo
283. perfil daquela costa, poderá ser observado que o recuo foi feito para dentro do mar e não para a
284. pista. No Abricó, foi feito um comunicado ao MP e a Polícia civil quando foram detectados os
285. primeiros focos de incêndio. Se a vegetação fosse para segurar essas influencias climáticas, a
286. restinga do Abricó estava lá em baixo, ela foi engolida. Comunicou ao Ministério Público e a Polícia
287. Civil sobre os incêndios. A reforma dos deques é de competência da SEMOP e é a mesma que
288. está realizando a obra. O telhado dos quiosques foi concebido em um material alternativo, que se
289. mostrou inviável e de difícil manutenção. Um novo modelo para orla Costazul, isso foi interrompido
290. por uma série de acontecimentos. Afirmou que falar tecnicamente, que a região com todas aquelas
291. intervenções se constitui um ecossistema de restinga fica um tanto prejudicado em seu conceito,
292. baseado em informações técnicas, no código florestal e legislações correlatas. Concluindo, Sr.
293. Nestor acredita que fica prejudicado conceituar a orla de Costazul nesse trecho da Av. Roberto
294. Silveira até a praia do Remanso, como restinga, tendo em vista as diversas tipologias de
295. intervenções ocorridas ao longo do tempo. Sr.^a Querlen, suplente da OAB no CMMA, trouxe um
296. áudio com o posicionamento oficial da OAB, da Dr.^a Elizabeth Veronese, titular da OAB e atual
297. Chefe de Gabinete do Prefeito. Infelizmente não havia no local, equipamento para reprodução do
298. áudio e Sr.^a Querlen se prontificou a repassar aos conselheiros o áudio, através do grupo de
299. WhatsApp do CMMA. Transcrevemos a seguir o referido áudio: - *“Essa manifestação aqui não é*
300. *peçoal, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, a qual nós representamos, a Querlen e eu*
301. *(Elizabeth Veronese), aqui nesse Conselho. Foi consultada a presidente da subseção e esse é o*
302. *posicionamento da OAB. A gente entende que não poderia ter sido suprimida a restinga em*
303. *Costazul. O processo daquela obra de Costazul, que trata da questão arquitetônica e ambiental,*
304. *ele contém cada jardinagem, cada pedacinho ali de Costazul, com cada plantinha plantada em*
305. *cada lugar. Está dentro do processo esse adminículo, ali tá em cada folhinha, que não poderia ser*
306. *mexida, ela está no processo localizada naquele lugar aonde ela tá plantada, como o nome dela*
307. *científico e com nome dela pelo qual a plantinha é conhecida. E determinado ali, porque que aquilo*
308. *ali é de proteção e de conservação. Cada plantinha daquela tá definido aonde está plantada e o*
309. *que se trata. Então a restinga ali foi cuidadosamente replantada ou mantida, algumas coisas ali só*
310. *serviram para tirar a muda, ela foi mantida ali, tirou muda para plantar no entorno dela mesma. E*
311. *ali tem uma peculiaridade, por conta daquele nosso vulcão, que chegava até o mar por ali, ele fazia*
312. *esse caminho todo até ali. Ali então, tem a restinga em cima restos de larvas essas coisas. Esse*
313. *estudo é científico, esse estudo está publicado em revista científica e está dentro desse processo*
314. *de Costazul. Então, ali a restinga tem uma peculiaridade, ela é meia fossilizada, ela não replanta*
315. *em outro lugar, só ali por conta de maregrafia, por conta de ventos. Então, aquilo ali é realmente*
316. *uma questão difícil de ser retirado e replantado outra coisa ali no local. É muito específico e a OAB*
317. *não pode se posicionar a favor da retirada pura e simples como ocorreu. Uma limpeza é uma coisa,*
318. *tirar o mato que nasceu no entorno e manter ou podar. Mas, aquilo foi uma supressão, a gente não*
319. *pode concordar com aquilo. É esse o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil. Sr.*
320. *Gustavo solicitou que houvesse um encaminhamento, uma vez que o Secretário foi bombardeado*
321. *e era preciso avançar. Percebeu que o que aconteceu no Abricó não gerou nenhum aprendizado*
322. *dentro da Prefeitura e o processo estava tendendo também a não gerar nenhum aprendizado. Pois,*
323. *as respostas do Secretário foram bem reativas em relação as críticas e se mantinha convicto que*



324. aquilo não era restinga. Acreditava que isso seria bem resolvido com a reunião a ser realizada na
325. Câmara, mas gostaria que houvesse um encaminhamento para reunião, afinal os presentes não
326. poderiam sair dali leves porque foram feitas inúmeras críticas e o Secretário não se desculpa pelo
327. o que aconteceu. Era preciso que fosse encontrada uma solução, talvez uma moção para não
328. haver intervenção no local antes da apresentação e análise do projeto pelo Conselho. É necessário
329. assumir o erro e a insatisfação das pessoas, e aí sim partir para correção, a qual deve partir do
330. projeto e tem que passar pelo CMMA. Sr. Uilson enfatizou que para um cidadão suprimir a
331. vegetação de um terreno para construção tem toda uma formalização, com juntada de documentos,
332. projetos para receber a autorização, assim como cumprimento de medida compensatória, a gestão
333. não pode ser patrimonialista, só assim o município avançará. Sr. Gustavo destacou ainda que,
334. serão aplicados recursos públicos e é preciso haver um controle sobre isso. Sr. Nestor disse que o
335. projeto de recuperação ainda era embrionário. Sr. Jhones realizou uma leitura resumida da
336. autorização ambiental. Disse que foram feitas fotos das máquinas retirando a vegetação e que o
337. INEA concluiu que a ação não foi realizada conforme o documento apresentado. Questionou de
338. onde estão vindo os recursos para compra de vegetação para o plantio. Sr.^a Laís afirmou que não
339. entraria no mérito da questão ambiental, porque os conselheiros com expertise sobre o tema já
340. haviam se manifestado, e que, do ponto de vista jurídico, agora era pensar dali para frente para
341. evitar futuras demandas judiciais e prejuízos aos cofres públicos em decorrência de eventuais
342. multas. Mas, na parte jurídica gostaria de alertar da necessidade de se registrar tudo, até pelo
343. princípio da transparência. Além prejuízo ambiental, quando as coisas não são feitas respeitando
344. o processo legal, há um ônus ao erário público. Daqui para frente é importante ser verificado por
345. todas as secretarias que tem expertises no assunto, assim como o Conselho. Com a finalidade de
346. se resguardar e que se tenha não só as melhores decisões ambientais, com elaboração de estudos,
347. planos e projetos, porque aí se pode resguardar de qualquer impacto financeiro para o Município.
348. Como o exemplo da abertura de uma trilha em área particular que possua alguma limitação
349. administrativa, o proprietário pode vir a solicitar uma desapropriação indireta, deve-se ter cuidado
350. para se evitar impactos financeiros com cofres públicos. Sr. Hugo citou que o uso e ocupação do
351. solo na cidade vem sendo realizado de forma desordenada, assim como toda orla brasileira. Como
352. exemplo das casas na praia da Tartaruga e no Abricó, os muros das casas estão na areia da praia.
353. As intervenções no Abricó e em Costazul foram realizadas de maneira equivocada e tiveram seus
354. impactos. Questionou por que continuar fazendo errado, por que continuar fazendo de maneira
355. equivocada, por que não de usar o princípio da precaução, adotar técnicas adequadas de manejo
356. e trato silvicultural para fortalecer a vegetação e atender aos paisagistas que querem deixar aquilo
357. mais bonito. Ao invés de chegar no local com facão e trator arrancando tudo. O correto seria fazer
358. poda, limpeza, ronda e manutenção. Existem especialistas na cidade que poderiam contribuir para
359. o desenvolvimento de um projeto. E muitos estavam ali presentes, gastando seu tempo profissional
360. porque tem interesse em contribuir. Além de uma moção, naquele momento havia a possibilidade
361. de seguir pelo caminho correto. A justificativa do corte da vegetação arbustiva de Costazul em
362. função do combate à criminalidade. Arguiu, por que as áreas públicas tomadas de mato e detritos,
363. não eram utilizadas para hortas comunitárias e jardins coletivos. Segundo Sr. Hugo a cidade está
364. um lixo, as pessoas estão descartando tudo em qualquer lugar. Sr. Nestor alegou a gestão das
365. áreas públicas não é atribuição da SEMAP e nem todas as demandas no município são demandas
366. desta secretaria. Com relação ao lixo, afirmou que existe falta de educação, a sociedade faz
367. lançamento em qualquer lugar. A sociedade cobra o poder público, mas não possível estar em todo
368. lugar, assim como não tem como ter um policial militar para cada esquina. Durante os dois anos
369. de pandemia a população da cidade cresceu 121%. Na cidade ainda existe a mentalidade de
370. contratar os carroceiros, mas a população sabe que deve contratar a caçamba e que contrata esse
371. tipo de serviço não se preocupa como esse material será destinado. Sr.^a Querlen pediu a parte,
372. para fazer um comentário sobre a fala da Sr.^a Laís, e argumentou que tem que ser levado em
373. consideração a história e o passado do Município. O ônus jurídico não pode ser maior do que o
374. ônus ambiental. Sr.^a Laís respondeu que como representante da PGM, tem expertise para
375. colaborar na área jurídica por isso disse estava analisando a situação daquele ponto em diante.
376. Sr.^a Eliane afirmou que não existe nada que não se possa fazer juntos como gestão. Tem que ser
377. um trabalho coletivo das secretarias, a gestão tem que estar comprometida com esses assuntos.
378. Existe o Plano Municipal de Educação Ambiental que está para sair. Temos que unir forças, com
379. fiscalização sim, com punição sim e com educação também. Acredita que a população tem que ser
380. sensível a causa. Agora se todos cruzarem os braços e depositar tudo na educação, onde compra



381. isso? Não tem para comprar. O comprometimento tem que ser com seu ambiente, ao qual fazemos
382. parte, o ar que respiramos. Todos os cidadãos têm que ter esse compromisso e esse respeito ao
383. meio ambiente. Sr. Nestor pediu desculpas a Sr.^a Eliane, e afirmou que não houve a intenção de
384. penalizar a educação, só estava contextualizar uma situação que lhe é apresentada com
385. frequência. E concorda com ela, e todos nós somos corresponsáveis, na questão da gestão do lixo
386. não existem inocentes. Luís lembrou que foi mencionado o acúmulo de resíduos na restinga
387. provenientes da casca do coco. Destacou ainda, que houve uma época que o Município proibiu a
388. venda da água de coco em natura por conta do volume do resíduo. Questionou se não era possível
389. o desenvolvimento para o reaproveitamento deste resíduo. Sr. Nestor se desculpou, mas o assunto
390. estaria saindo do foco. Afirmou que muitos comentam sobre a questão da gestão dos resíduos sem
391. tem conhecimento de causa. Informou que o aterro sanitário municipal está fechado desde de 2019
392. e recentemente foi emitida uma Licença Ambiental de Recuperação (LAR) para área, sendo esse
393. um ponto muito positivo para essa gestão. Não acredita que foi muito sensato fazer um aterro
394. sanitário para uma cidade com pequena extensão, afinal a manutenção da área é para sempre.
395. Concorda com Sr.^a Eliane e Sr. Jhones, só através de mobilização e conversa poderemos iniciar
396. isso para mudar o *status quo* atual. Com adiantado da hora e após breve discussão entre os
397. presentes foram feitos os seguintes encaminhamentos. **Encaminhamento 1:** As ações de
398. intervenção municipais que sejam em ambientes naturais, deverão previamente serem submetidas
399. ao Conselho Municipal de Meio Ambiente. **Encaminhamento 2:** Nos casos que sejam analisados
400. pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente que resultem em intervenção, deverá ser utilizada a
401. técnica de mínimo impacto e a utilização de espécies nativas mais adaptadas ao local.
402. **Encaminhamento 3:** O Conselho Municipal de Meio Ambiente solicita a elaboração de um projeto
403. de recuperação para área impactada em Costazul, um PRAD, no prazo de 60 dias, e que até a
404. análise e aprovação do PRAD pelo CMMA, não serão realizadas novas intervenções na área.
405. Tratando dos informes gerais Sr.^a Mônica iniciou um convite para que todos participassem e
406. ajudassem a divulgar a 12^a Conferência de Meio Ambiente de Rio das Ostras. Na sequência o Sr.
407. Jolnnye explicou como se daria a conferência, que constaria de duas etapas: 1^a) webinar dia
408. 22/03/2022, de 9h às 12h; 2^a) Presencial no Colégio M. América Abdalla, no dia 26/03/2022, das
409. 8h às 17h. Sr. Uilson lembrou da necessidade de se ter transparência nas coisas do CMMA, como
410. a divulgação das atas no site da PMRO. Sr.^a Mônica explicou que não pode subir para o site as
411. atas sem ter a certeza absoluta que as mesmas estão aprovadas. Normalmente já é complicado
412. colher assinaturas e com os dois anos de pandemia isso se tornou ainda mais difícil. Sr. Jolnnye
413. convidou os presentes para participar de uma live em comemoração ao dia da água, uma parceira
414. SEMEDE e SEMAP. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e
415. dispensou os presentes às 12h e 25 min. E eu, Mônica Linhares da Silva, lavei a presente, que
416. será assinada pelo Senhor Presidente e Conselheiros presentes.

Nestor Prado Junior
Presidente e do CMMA